


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002239-35.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **EDUARDO RODRIGUES**
 Requerido: **JOÃO GUILHERME RINALDI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um automóvel do réu e que o correspondente pagamento acabou sendo ultimado.

Alegou ainda que o veículo era objeto de arrendamento mercantil em face do Banco Bradesco S/A e o seu recibo de compra fora lavrado em nome de Maria Deonice Santos ME, circunstâncias que não eram de seu conhecimento.

Almeja à rescisão do negócio e à devolução do valor pago.

Os documentos de fls. 03/04 respaldam a versão do autor relativamente à situação da documentação do automóvel adquirido do réu, extraindo-se do mesmo que ele era objeto de arrendamento mercantil, se encontra em nome de instituição financeira e o seu recibo e compra foi preenchido em nome de terceira pessoa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por outro lado, o ofício de fl. 37 demonstra que o contrato celebrado com a compradora não foi adimplido, sendo o seu saldo devedor superior a R\$ 195.000,00 (de 36 prestações ajustadas em 2010 somente 05 foram quitadas).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a convicção de que a pretensão deduzida merece prosperar.

Conquanto se admita que o autor tivesse conhecimento no ato da aquisição do veículo das condições de sua documentação, nada faz supor que soubesse da situação do contrato firmado com a instituição arrendante.

Aliás, não é crível que o autor, ciente de vultosa pendência que havia em face do automóvel desde 2010, concordasse em adquiri-lo em 2015 por R\$ 9.000,00, porquanto as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) atestam que nenhuma pessoa mediana se disporia a isso.

O autor de igual modo.

A consequência desse estado de coisas consiste na impossibilidade do autor transferir o veículo para o seu nome, a menos que assumisse o elevado saldo indicado a fl. 37 quando em momento algum há indício de que esse fosse o seu propósito.

Assim, reputo de rigor que as partes retornem ao *status quo ante*, acolhendo-se a postulação vestibular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes a respeito do automóvel tratado nos autos e para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 9.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2015 (época da celebração da avença), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**